

Os excluídos da Nova República: equivalências bolsonaristas entre o olavismo de Abraham Weintraub e o ultraliberalismo de Paulo Guedes

The excluded of the New Republic: Bolsonaroism equivalences between Abraham Weintraub's olavism and Paulo Guedes' ultraliberalism

Arthur SALOMÃO*

Resumo: Este artigo analisa as proximidades e as diferenças discursivas de dois atores políticos atrelados ao bolsonarismo e provenientes de identidades particulares distintas: Abraham Weintraub, ex-ministro da Educação influenciado por Olavo de Carvalho, e Paulo Guedes, ex-ministro da Economia influente em círculos ultraliberais. Em outras palavras, nosso intuito consiste em investigar a articulação equivalencial de uma identidade coletiva bolsonarista que coesionou, dentre outras, as agendas dos ultraliberais e dos olavistas. Neste exercício exploratório, contamos com a abordagem do discurso proposta pelo teórico argentino Ernesto Laclau a fim de examinar entrevistas, discursos de posse, conferências e declarações públicas dos dois ex-ministros. Observamos que, embora os discursos estejam ancorados em perspectivas filosóficas e ideológicas distintas, as demandas dos ultraliberais e dos olavistas convergiram na comum oposição ao sistema da Nova República, cujo comando principal coube aos governos petistas. Ao mesmo tempo, os atores da denominada “Nova Direita” foram construindo discursivamente um povo brasileiro excluído do “sistema”, vitimado pelas elites políticas e econômicas e agredido em seus valores. Com um antagonista em comum e construindo as equivalências discursivamente, a compatibilização do projeto ultraliberal de reestruturação da economia com a eliminação da hegemonia cultural esquerdista foi sendo articulada em torno da identidade coletiva bolsonarista.

Palavras-chave: bolsonarismo; Nova República; Olavo de Carvalho; ultraliberalismo.

Abstract: This article analyzes the discursive similarities and differences of two political actors linked to Bolsonaroism and coming from distinct identities: Abraham Weintraub, former Minister of Education influenced by Olavo de Carvalho, and Paulo Guedes, former Minister of Economy influential in ultraliberal circles. Our intention is to investigate the equivalential articulation of a Bolsonaroist collective identity that united, among others, the agendas of ultraliberals and olavistas. In this exploratory exercise, we rely on the discourse approach proposed by the Argentine theorist Ernesto Laclau to examine interviews, inaugural speeches, conferences, and public statements of both former ministers. We found that, although the discourses are anchored in different philosophical and ideological perspectives, the demands of the ultraliberals and Olavo's followers converge in their common opposition to the “system” of the New Republic, whose main leadership was attributed to the PT governments. Simultaneously, the actors of the so-called “New Right” have discursively

* Brasileiro. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: amsalomao@outlook.com. ORCID: 0009-0007-2732-0003.

constructed a Brazilian people excluded from the "system", victimized by political and economic elites, and assaulted in their values. With a common antagonist and constructing discursive equivalences, the compatibility of the ultraliberal project of economic restructuring with the elimination of leftist cultural hegemony was articulated around the Bolsonaroist collective identity.

Keywords: Bolsonaroism; “Nova República” [Brazilian New Republic]; Olavo de Carvalho; ultraliberalism.

Recibido: 31 de julio de 2023

Aceptado: 04 de diciembre de 2023

Introdução

Desde as grandes manifestações em favor do impeachment, ainda que alguns possam apontar que o processo é anterior e global, pesquisadores acadêmicos têm se defrontado com um contingente de intelectuais, políticos profissionais, militantes e eleitores influenciados por crenças, valores e ideologias muito mais conservadoras e reacionárias do que a Nova República havia testemunhado anteriormente. Naquele contexto, dada a novidade e a efervescência dos fatos, o termo ao qual mais recorreram para defini-los foi “Nova Direita”. Não escapou a muitos observadores que aquele contingente reeditava o recorrente discurso anticomunista (Motta, 2021) e se assemelhava ao perfil identificado por Pierucci (1987) na capital paulista do início da década de 1990, o que seria atestado de que essa Nova Direita não era tão nova quanto parecia. Novidade ou não, o fato é que ela esteve “adormecida”, para usar a metáfora das mobilizações de junho de 2013, e sob a representação de uma centro-direita moderada e progressista em termos morais. Por isso, sua emergência colocou muitos em situação de perplexidade.

O termo amplo, utilizado como “guarda-chuva” para diferentes orientações políticas, era condizente com um momento no qual nenhuma liderança, partido ou movimento despontava com presença mais forte e representativa. Como minuciosamente exposto por Rocha (2019), a disputa contou com diversos grupos, partidos e lideranças de orientação libertária, conservadora e reacionária que vinham se fortalecendo em redes sociais desde o primeiro governo Lula. No entanto, pelo menos em termos eleitorais, os vencedores da corrida pela representação da então nova direita foram Jair Bolsonaro e sua família. Ainda segundo a autora, pouco a pouco, coube à família Bolsonaro aglutinar em torno de si um amálgama ultraliberal-conservador, unindo fundamentalistas cristãos com pautas conservadoras e movimentos em defesa do livre-mercado. Dessa forma, a Nova Direita se transformou em extrema direita à medida que o bolsonarismo passou a hegemonizar esse campo do espectro político.

Buscando contribuir com esse tema de pesquisa, o objetivo deste artigo é analisar as semelhanças e as diferenças discursivas de Abraham Weintraub, ex-ministro da Educação, e de Paulo Guedes, ex-ministro da Economia. Por meio do aporte teórico laclausiano, nosso intuito é explorar como o discurso desses dois atores, cada um oriundo de uma identidade particular – olavismo e ultraliberalismo –, nos auxilia a identificar algumas equivalências que a identidade coletiva agrupada sob o termo bolsonarismo foi capaz de condensar. Em suma, trata-se de responder em quais temas os discursos de Guedes e Weintraub confluem e como os dois podem ajudar a explicar a constituição de uma identidade bolsonarista. Para isso, temos como objetos empíricos de observação entrevistas, discursos de posse, conferências e declarações públicas dos dois ex-ministros, sobretudo materiais anteriores à vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018.

Ambos os ex-ministros foram escolhidos como objetos devido às suas relevâncias na construção do bolsonarismo e, posteriormente, na formação do governo liderado por Bolsonaro. Paulo Guedes, o "fiador" econômico, tranquilizou o "mercado financeiro", atraiu setores do empresariado para a candidatura e assegurou a adequação do discurso do presidenciável ao neoliberalismo. Durante seu governo, foi um dos poucos ministros que permaneceu no cargo até o final do mandato. Abraham Weintraub, de outro lado, permaneceu no cargo por pouco mais de um ano. Entretanto, sua importância decorre tanto de seu ativismo conservador em espaços de formação política – principalmente em círculos relacionados ao olavismo, o que lhe conferiu a caracterização inadequada de "ala ideológica" pela grande imprensa – quanto de sua relevância na escolha de quadros e na formação do governo desde a equipe de transição.

Antes de prosseguir, é importante fazer algumas considerações. Na abordagem aqui mobilizada, proposta pelo teórico político argentino Ernesto Laclau, há um valioso potencial heurístico cuja raiz advém da própria forma de analisar a lógica por trás da formação de identidades coletivas. Como veremos na próxima seção, as identidades coletivas são mais voláteis e instáveis do que podemos imaginar, pois requerem articulações equivalenciais entre sujeitos e demandas que não estão entrelaçadas *a priori*. Conforme expõe Laclau (2005), a articulação de demandas que constitui o grupo não corresponde a uma configuração estável e positiva que poderíamos considerar como uma totalidade unificada. Ao contrário, posto que toda demanda se apresenta em uma ordem estabelecida, ela está em relação peculiar, tanto interna quanto externa, com essa ordem. Nesse sentido, um dos aspectos valiosos dessa perspectiva é não tomar uma identidade coletiva como um todo coeso e homogêneo. Inquirir sobre as equivalências que unem os sujeitos e as identidades particulares nos permite, ao observar os pontos de divergência, notar as diferenças, mesmo que estejam ideologicamente próximas ou ocupem o mesmo lado do espectro político.

Desse ponto de vista, o bolsonarismo não é necessariamente um movimento todo articulado e estruturado por um núcleo comum preso a um projeto político precisamente definido. Diferentemente, ele consiste numa identidade coletiva construída discursivamente para a qual confluem e na qual se aglutinam diversas demandas, sujeitos, lutas parciais e outras identidades particulares. Nesse sentido, Bolsonaro é um ponto de encontro e de coesão de uma diversidade de lutas e demandas dispersas, acumuladas ao longo do período petista e em oposição antagônica ao lulismo. Com isso, pressupomos um grau de disputa e tensão interna, pois o encontro não se deve a motivos "essencialistas", ou seja, as demandas sociais, atores políticos e identidades particulares que se encontraram no bolsonarismo não estavam associadas em sua origem. Foi por meio do discurso que se costurou uma aliança entre militares, ativistas judiciais da anticorrupção, conservadores morais-cristãos, ultraliberais, nacionalistas ufanistas e anticomunistas de combate ao "marxismo cultural" e "ideologia de gênero".

Assim, é justamente pela lógica das articulações discursivas que podemos afirmar que o bolsonarismo, enquanto identidade coletiva, não é estanque, mas conjunturalmente determinado. Remetendo a uma analogia da biologia celular, ele poderá transitar da endocitose para a exocitose, isto é, absorver agentes sociais ou, quando necessário e possível, expelir lideranças, como foi o caso de Joice Hasselmann, do Movimento Brasil Livre (MBL), de João Doria e, mais recentemente, do próprio Abraham Weintraub, que participou ativamente desde o início do bolsonarismo. Por isso, com este exercício, não pretendemos dar conta do bolsonarismo como um todo, mas tão somente esmiuçar de maneira exploratória uma particularidade do universo da extrema-direita. Para um exercício mais abrangente, deveríamos avançar na análise de outras identidades, como os evangélicos neopentecostais, simbolizados em Damares Alves e Michelle Bolsonaro, os defensores da bandeira anticorrupção, exemplificados em Sergio Moro e Deltan

Dallagnol, entre outros¹. Neste exercício, entretanto, nos restringimos apenas a dois personagens, um vinculado ao olavismo e outro muito influente em círculos e *think-tanks* pró-mercado, afeitos ao ideário ultraliberal² mais radical do que o neoliberalismo tucano.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três partes. Na primeira seção, faremos uma breve e útil retomada do arcabouço teórico laclausiano destinado a analisar a lógica da formação de identidades coletivas. Na seção seguinte, após introduzir alguns detalhes biográficos, passamos ao objeto central deste texto: o discurso ultraliberal de Paulo Guedes e o discurso olavista de Abraham Weintraub. Para encerrar, concluímos com os principais resultados da análise, bem como algumas considerações finais.

A teoria do discurso laclausiana e a constituição de identidades coletivas

Uma apresentação robusta do arcabouço teórico sedimentado pela abordagem laclausiana, construída em parceria com Chantal Mouffe desde o giro pós-marxista (Barrè, 1996) e a publicação de *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics* (1985), requer muito mais espaço do que algumas páginas podem oferecer. As diversas influências teóricas, como o marxismo gramsciano e althusseriano, a psicanálise lacaniana, a filosofia francesa derridiana e a linguística saussuriana, nos impedem de estabelecer uma profunda retomada de um aparato teórico tão complexo. Com a ciência dessa limitação, nesta seção, busca-se uma exposição concisa e interessada de alguns pressupostos teóricos, bem como do dispositivo conceitual laclausiano.

Conforme Burity (2008), o esforço laclausiano se notabiliza pela tentativa de construção de uma “teoria geral do político ou, talvez, mais precisamente, uma concepção da política como ontologia do social”.³ Os termos utilizados para caracterizar essa proposta costumam variar entre três denominações: teoria do discurso, teoria da hegemonia ou pós-marxismo. Embora a nomenclatura não seja tão crucial, é interessante observar que cada uma delas distingue um aspecto supostamente “essencial” da abordagem laclausiana, isto é, a centralidade do discurso, a disputa pela hegemonia ou a revisão do marxismo.

Feita essa breve discussão classificatória, o primeiro movimento necessário para uma reconstrução teórica consiste em situar tal proposta no âmbito epistemológico de uma crítica pós-estruturalista e de uma desconstrução pós-fundacionalista. De maneira breve, o argumento de tais críticas contempla uma

¹ Nosso exercício exploratório se assemelha, em certa medida, à pesquisa de campo executada por Kalil (2018). Embora informada por outro aparato teórico, sua pesquisa antropológica agrupou “apoiadores, eleitores e potenciais eleitores de Jair Bolsonaro” numa multiplicidade de perfis sociais, em atitude comparável ao levantamento de identidades que compõem o bolsonarismo. O “significante vazio” que articulava todos os perfis sociais, naquele contexto anterior à eleição de 2018, era o cidadão de bem contrário à corrupção, em sua forma econômica e moral. Os perfis sociais eram considerados a partir de clivagens de raça/etnia, gênero, classe social, religião, crenças e formas de engajamento. Os discursos verbalizados pelos indivíduos se relacionavam explicitamente com as identidades ultraliberais e olavistas aqui analisadas.

² No evento Expert 2019, promovido pela XP Investimentos e voltado para agentes do mercado financeiro, há um caso que sintetiza nossa proposta de enxergar Paulo Guedes como alguém que simboliza a aproximação com o círculo neoliberal. Ao subir no palco do auditório lotado, Guedes foi recebido com um minuto de aplausos em pé e, logo em seguida, os gritos de “meu presidente” e “*We trust in you, Mr. Guedes*” ocuparam o salão (Teixeira, 2019).

³ É largamente reconhecido que tal proposta tem no centro de sua formulação o conceito de populismo. O termo, um dos mais controversos das ciências sociais, denotaria uma lógica de construção do político. De nossa parte, optamos por deixar de lado o termo em si em razão das recorrentes valorizações classificatórias e tipológicas estabelecidas em torno desse conceito. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é mais analítico e menos classificatório, portanto, mais centrado em explicitar as particularidades de uma identidade coletiva e ressaltar o potencial heurístico da abordagem do que qualificar e tipificar um fenômeno.

perspectiva na qual a História se mostra contingente, portanto, indeterminada *a priori*, pois o próprio status ontológico do fundamento é precário, instável (Marchart, 2009). Em termos sintéticos, a impossibilidade de um fundamento final e definitivo, ou em última instância, como sustentaria o estruturalismo marxista, implica em uma contingência histórica cujo papel parcial de fundamento é relegado ao político. O pós-marxismo dos autores apresenta, assim, um giro analítico cujo princípio de fundamento último do econômico, responsável pela totalização “essencialista” do marxismo, é substituído pela ideia de fundamentos ausentes e contingentes que estabelecem parcialmente o social a partir de práticas discursivas. Dessa forma, por consequência desse antiessencialismo como recusa dos reducionismos, a ciência social, para Laclau e Mouffe, se mostra incapaz de encontrar uma “verdade” histórica totalizante e universal. Por fim, convém notar que a impossibilidade de um fundamento pleno se relaciona diretamente com a concepção lacaniana de “falta constitutiva” que impulsiona os sujeitos a buscarem seus objetivos, ainda que seus intentos não preencham de fato esse vazio.

Com o terreno epistemológico assentado, podemos abordar o dispositivo conceitual laclausiano. Para isso, replicaremos a estratégia de exposição adotada por Burity (2008) segundo a qual é possível partir de um de seus conceitos que, em sua trama de interrelações, irá desnudar a rede conceitual que se constitui em torno dele. Contudo, em vez de seguir esse caminho através do conceito de discurso, começamos pela “unidade mínima de análise” de Laclau: as demandas. Ao postular isso, já retomamos as faces antiessencialista e antireducionista da abordagem laclausiana, pois Laclau não toma como substrato mínimo um agente inserido no processo de produção, tampouco um agente estratificado segundo sua posição social. Ao contrário, é a “falta constitutiva” das demandas sociais que estabelece quem são os sujeitos políticos e os direciona em busca do atendimento dessa ausência. A unidade do grupo, dessa forma, não decorre de uma estrutura anterior ao sujeito que o constrange a agir de determinada maneira, mas sim da própria articulação das demandas que surgem e que não são satisfeitas pela política institucional. A totalidade, nesse sentido, é inatingível e precária, mas, como veremos, um horizonte necessário para a significação.

Tocamos em um ponto chave: a articulação. Para Laclau (2005), as demandas, por mais isoladas que estejam, se situam num ordenamento social e estão endereçadas ao poder institucionalizado. Quando certas demandas não são atendidas, abre-se um abismo crescente entre a política institucional e a população cuja consequência é a formação de uma fronteira interna e a dicotomização do espectro político entre o “povo” e o “poder”. Com esse sentimento de insatisfação formado e numa crescente, uma pluralidade de demandas pode se encontrar quando uma prática articulatória discursiva as encadeia e passa a formar uma subjetividade popular como ator histórico. Articulatória porque estabelece uma relação entre os elementos das demandas insatisfeitas em torno de um ponto nodal, ou seu princípio articulador, que discutiremos adiante. Discursiva pois, na concepção laclausiana, o discurso, entendido como prática que une ações e palavras escritas e verbalizadas, é o terreno primário da constituição da objetividade social. É a prática discursiva enquanto tal que representa e simboliza a realidade através de significantes articulados e heterogêneos responsáveis por produzir um sentido aos fenômenos sociais. Em suma, nenhum significado se constitui fora do social, pois os fenômenos sociais somente são compreendidos quando as formações discursivas os significam por meio de um sentido. Assim, aquelas demandas são significadas através da articulação discursiva de seus elementos.

Qual seria, então, a forma de constituição desses discursos? De acordo com Laclau (2005), existem duas formas de construção do social, isto é, do discurso enquanto prática de produção de significado: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. No primeiro caso, é a afirmação da particularidade em sua natureza diferencial que permite que um discurso se mostre independente de outro. Na segunda forma, as particularidades das demandas, ainda que permaneçam existindo, se equivalem conforme encontram um antagonista em comum, isto é, se relacionam em exclusão ao antagônico. Nesse sentido, os laços de

equivalência em sua comum rejeição à identidade excluída subvertem a diferença e inserem as demandas numa cadeia. O antagonismo é, assim, a própria condição de existência de um interior enquanto negação de um exterior discursivo. Quando um “exterior constitutivo” ameaça a existência de um interior, dizemos que há a presença de um corte antagonico porque ele bloqueia a expansão de sentidos (Mendonça, 2009).

As identidades e as demandas sempre operam numa tensão entre essas duas lógicas. Se as demandas são satisfeitas por alguma instituição, portanto, absorvidas pela política institucional, permanecem isoladas em relação a outras. Entretanto, se as demandas são frustradas e se articulam discursivamente a outras demandas endereçadas à política institucional, a equivalência entre as reivindicações pode constituir um sujeito político. Retornemos ao ponto nodal, o princípio que articula as demandas. Aqui necessitamos expor a noção de significante vazio. Um significante potencialmente sem significado ocorre quando, por meio da expansão da cadeia de equivalências, um discurso universaliza seus conteúdos, perdendo a possibilidade de ter um significado preciso e aumentando suas conotações. Esse significante vazio abdica de parte de suas identidades diferenciais para se tornar um ponto nodal para onde convergem diversas identidades que não apresentavam uma relação de equivalência, mas que foram articuladas entre si. Forma-se, dessa maneira, a partir de uma particularidade, a representação de uma totalidade.

Dessa forma, é quando uma prática articulatória discursiva erige uma cadeia equivalencial, se aproveitando das fronteiras internas e da dicotomização e unificando as diversas demandas em torno de um significante vazio, que temos as condições necessárias para a emergência de um povo enquanto identidade coletiva popular. O povo é, nessa perspectiva, uma consequência da construção discursiva. Ele não é efetivamente nem a totalidade dos cidadãos de uma comunidade política (*populus*), nem os menos privilegiados que ocupam a base da estratificação social (*plebs*). Em realidade, trata-se de uma construção discursiva equivalencial que, enquanto *plebs*, reivindica ser a totalidade legítima do *populus*. Em outros termos, os sujeitos políticos são aglutinados em uma identidade coletiva constituída pelas equivalências operadas discursivamente.

Nos resta abordar, por fim, a hegemonia. Retirada do marxista sardo Antonio Gramsci e ajustada para os pressupostos pós-estruturalistas, a concepção de hegemonia se tornou peça-chave da compreensão do político enquanto *lócus* por excelência da disputa incessante entre discursos. Todo discurso almeja, no limite, tornar-se hegemônico e constituir uma relação de ordem em torno de si. Para isso, ele deve deixar sua condição inicial de particularismo para encarnar uma plenitude ausente e suspender a dicotomia universalidade/particularidade. Dito de outra maneira, um discurso se torna hegemônico quando uma determinada identidade particular, num contexto histórico concreto e contingente, incorpora elementos de outros discursos e passa a representar uma universalidade possível. Quem cumpre o papel de representar a pluralidade de identidades, denotando uma totalidade possível, é justamente o significante vazio que condensa uma nova identidade, a popular. Nessa operação, como mencionamos, será necessária uma articulação equivalencial do discurso, bem como uma fronteira que institua um terreno de campos antagonicos. A hegemonia, em suma, consiste num processo de ordenamento social cujos universais são resultado da condensação de uma multiplicidade de demandas e discursos dispersos em torno de uma particularidade que assume uma significação universal.

Façamos uma pequena síntese. Recusando um fundamento sólido e imutável, Laclau (2005) considera que são as demandas e as identidades, de uma perspectiva diferencial, que constituem os sujeitos políticos, e não uma estrutura *a priori* que estabelece posições sociais. Nesse cenário, no qual a história é contingente e as identidades são diferenciais, a universalidade se mostra uma plenitude ausente, mas necessariamente constituída pela hegemonia de um discurso particular. Sendo assim, o povo – não entendido como a totalidade da comunidade, mas como uma parte que encarna o todo – é uma identidade coletiva constituída discursivamente por meio do encadeamento de demandas não atendidas por um *status*

quo em torno de um significante. Por consequência, o antagonismo se amplifica, o que dicotomiza o espectro político e estabelece fronteiras.

Aproximações discursivas entre Paulo Guedes e Abraham Weintraub: as confluências entre o ultraliberalismo e o olavismo

Antes de partirmos efetivamente para a análise do discurso, será necessário abordarmos brevemente alguns detalhes biográficos para situar as identidades e as lutas parciais às quais os nossos atores estão relacionados. Abraham Weintraub ocupou o cargo de ministro da Educação do governo Bolsonaro de abril de 2019 a junho de 2020, logo após ter se notabilizado como braço-direito de Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil. Filho de um ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) e formado em economia pela mesma instituição, Weintraub é professor licenciado da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e, durante muito tempo, foi executivo do mercado financeiro. Em diversos momentos, Weintraub afirmou ser aluno de Olavo de Carvalho e nutrir uma grande admiração pelo intelectual. A nomeação de Weintraub, num contexto de disputas internas por influência entre o intelectual e os militares, após a demissão de Ricardo Vélez Rodríguez, teve interferência direta de Olavo⁴. Em evento da Cúpula Conservadora das Américas, Weintraub afirmou que a estratégia para derrotar o “marxismo cultural” das universidades estava contida nos ensinamentos de Olavo, por isso, ele teria sido escalado para “aplicar a teoria de Olavo de Carvalho” no ministério da Educação. Dessa forma, nosso primeiro analisado, Abraham Weintraub, pode ser considerado uma extensão da influência do olavismo na identidade bolsonarista.

De outro modo, a trajetória de Paulo Guedes esteve muito mais associada às suas posições de destaque no mercado financeiro e em *think tanks* pró-mercado, bem como à sua defesa de políticas neoliberais radicais e ortodoxas. Graduado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduado em economia na Universidade de Chicago, berço de formação de economistas neoliberais, Guedes atuou em bancos e fundos de investimentos, além de ter lecionado em universidades privadas. Antes das eleições de 2018, liderou uma improvável campanha em torno de Luciano Huck, nome que julgou ser capaz de implementar as reformas liberais necessárias para o Brasil. Contudo, a campanha foi frustrada pela desistência do apresentador de televisão. Ainda em 2017, Bia Kicis e Winston Ling, fundador do Instituto de Estudos Empresariais, apresentaram Paulo Guedes a Bolsonaro (Gaspar, 2018). Dali em diante, depois de algumas longas reuniões, Guedes se estabeleceu como uma ponte com o “mercado financeiro”, que até então considerava Bolsonaro muito “estatista”, e se consolidou como mentor econômico do candidato. Segundo Rocha (2019: 191), esse fato selou “a consolidação de um amálgama ultraliberal-conservador, que passou a marcar a consolidação de uma nova direita brasileira que passou a atuar na forma de uma frente ultraliberal conservadora”.

Sendo assim, diferentemente de Weintraub, Paulo Guedes não compõe o universo olavista. Durante o governo Bolsonaro, inclusive, Guedes e Olavo se envolveram em polêmicas sobre os limites da “revolução conservadora”. A controvérsia se iniciou com as críticas de Olavo à acomodação de Bolsonaro ao “sistema”, ao arrefecimento do combate ao marxismo cultural e à presença de traidores e inimigos ao

⁴ As relações entre o olavismo e Bolsonaro são extensas. De acordo com Teitelbaum (2020: 119), Bolsonaro e Olavo estabeleciam diálogos on-line sobre política e cultura desde 2014. Embora diferentes, tinham muitas afinidades ideológicas, sobretudo o conservadorismo cristão. Olavo declarou apoio formal à candidatura Bolsonaro em 2017 e inúmeras vezes Bolsonaro se referiu a Olavo como mentor da revolução conservadora. Além disso, sabemos que Olavo sugeriu nomes para comporem quadros ministeriais, sobretudo no ministério de Relações Exteriores e no ministério da Educação.

redor do presidente. O intelectual temia que membros do governo, especialmente militares, estivessem tentando aprofundar a relação com a China em vez de reorientar o Brasil para o Ocidente. Paulo Guedes, ao contrário, saiu em defesa do governo e questionou Olavo. O ex-ministro da Economia, um autodeclarado liberal, possivelmente enxerga uma veia filosófica antiliberal em Olavo que imputa aos liberais certa convivência com o “marxismo cultural”. Sobre esse conflito, Rodrigo Constantino, intelectual da direita muito próximo de Guedes, afirmou que, para Olavo, o Brasil clama por uma revolução conservadora, enquanto, para o economista, o país precisa de reformas liberais. Em certa ocasião, Guedes fez questão de mostrar sua diferença ao dizer que Olavo “é o líder da revolução conservadora e liberais não são revolucionários. São evolucionistas. (...) Lembre-se de que há uma aliança de centro (liberal democratas) e direita (conservadores)” (Constantino, 2019).

Vejam os superficialmente as diferenças ideológicas. Influenciado pela Escola Austríaca de Economia e pela Escola de Chicago, sobretudo por Milton Friedman, Paulo Guedes cultiva raízes de um liberalismo econômico radical cujo princípio fundamental é a redução do raio de intervenção do Estado na vida econômica e social. Por isso, em seu pensamento econômico, a aceleração das privatizações e a garantia do funcionamento do livre-mercado são recorrentemente destacadas. Suas justificativas em defesa da liberdade dos mercados vão além da mera superioridade técnica da “melhor ciência econômica disponível” e se amparam também em certa superioridade moral das ordens de mercado, responsáveis por “libertar” o indivíduo das amarras do Estado ineficiente e permitir o desenvolvimento de uma sociedade aberta popperiana. Nesse sentido, sua demonização do Estado harmoniza princípios morais com a suposta eficiência técnica de uma ordem de mercado nas quais os indivíduos e as empresas são “verdadeiramente livres”. A “revolução” olavista, de outra maneira, tem menos espaço para a economia e se desenvolve num apego a um passado mítico da Idade Média no qual as hierarquias tradicionais e a busca por verdades transcendentais fomentaram lucidez espiritual. A decadência contemporânea seria, antes de tudo, fruto da falta de sentido, de espírito e de cultura. Embora influenciado pela tradição reacionária (Chaloub, 2022)⁵ e pelo tradicionalismo de René Guénon (Teitelbaum, 2020), o pensamento de Olavo é eclético e combina, como características centrais, o esoterismo religioso, o antirracionismo universalista e a recusa do materialismo produzido pela modernidade. Ambos, entretanto, são profundamente anticomunistas e convergem nas críticas ao *establishment*, embora por razões diferentes. Assim, de um lado, temos um *chicago boy* à brasileira, de outro, temos um tradicionalista transitando entre o conservadorismo e o reacionarismo.

Importante pontuar, recordando Laclau, que as demandas e as identidades dos sujeitos não se dissolvem quando passam a integrar uma cadeia de equivalência, mas apenas se inserem dentro dessa. Dito de outra maneira, quando passam a se identificar com a identidade coletiva bolsonarista, as identidades particulares, seja evangélica, neoliberal ou olavista, cujas lutas são parciais, não se diluem umas nas outras. Ao contrário, conservam suas características, ainda que comunguem de princípios e se encontrem no antagonismo comum. Desse ponto de vista, os pontos de atrito entre olavistas e ultraliberais podem continuar existindo, haja vista suas matrizes filosóficas e políticas distintas.

Feita essa contextualização das diferentes linguagens políticas, para utilizar o termo de Chaloub (2022), que situam os nossos objetos e os distinguem, passemos propriamente à análise do discurso. Aqui, buscaremos destacar as aproximações dos discursos de Weintraub e Guedes. Para isso, faremos uma operação de distinção analítica entre os elementos que compõem o discurso, ainda que saibamos que eles estejam entrelaçados e se mostrem, na concretude das ações e das falas, unidos. Começaremos expondo as formas pelas quais tanto Guedes quanto Weintraub interpretam o período histórico pós-redemocratização,

⁵ Em menor medida, Chaloub (2022) identifica a presença do conservadorismo do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e do neoconservadorismo estadunidense no pensamento de Olavo de Carvalho.

a chamada Nova República. Em seguida, abordaremos os discursos anticomunistas e antissistema dos dois ex-ministros. Ao final, discutiremos as características do povo brasileiro levantadas pelos atores.

O diagnóstico de Weintraub compreende a Nova República como um mecanismo ou uma “estrutura montada pela inteligência esquerdófila, no final do regime militar”, para beneficiar as “três forças que destruíram o Brasil” e permitir a conservação do poder político e econômico das famílias de oligarcas esquerdistas bilionários (Weintraub, 2020a). As três forças – *intelligentsia* de esquerda⁶, corruptos e monopolistas ou oligarcas – foram responsáveis por destruir a racionalidade científica do pensamento greco-romano e a cultura judaico-cristã, além de concentrar os principais setores da economia brasileira nas mãos de poucos proprietários. Por consequência, a “aliança espúria” dessas três forças corrompeu “a família, os valores e as diferenças entre sexo”, desencadeando baixo desenvolvimento econômico e violência.

No centro desse “projeto totalitário de poder” havia a condução política de um ditador demagogo que, articulando a dominação entre comunistas vocacionais e comunistas oligarcas, manipulou as massas empobrecidas materialmente e sem valores familiares. Aos oligarcas, donos de grandes empresas e bancos, coube o papel de financiar as campanhas em troca da manutenção de seu poder econômico. Aos comunistas, coube a estratégia do movimento: domínio cultural e desestruturação do mundo ocidental ludibriando eleitoralmente as massas. Contudo, segundo Weintraub, não há apenas estratégia, pois os comunistas e os biliardários estão “unidos umbilicalmente”, sendo membros da mesma família e formando a “*intelligentsia* de esquerda biliardária”.

Trata-se, evidentemente, de uma interpretação intensamente anticomunista da Nova República. O olavismo está profundamente informado pela noção de que os comunistas, influenciados pelo “gramscismo”, teriam abandonado as armas e estabelecido um domínio por meio das mais diversas esferas da cultura, como escolas, universidades, igrejas, mídia televisiva e outras instituições. O “marxismo cultural” (Stefanoni, 2022) abarcaria uma ampla gama de movimentos progressistas, como feministas, antirracistas, LGBTQIA+, ambientalistas, em união com grandes empresários, visando corromper e ameaçar os valores tradicionais e religiosos do povo brasileiro. Segundo Weintraub, são sábios e intelectuais que, por meio do “politicamente correto”, nos dizem como devemos agir e como devemos cuidar da nossa família, pois sem todas as referências tradicionais, como família, religião e pátria, sobraria somente o “partido”.

A interpretação de Guedes difere em certa medida. De acordo com o economista, não há democracia no Brasil, pois não há alternância de poder entre sociais-democratas e liberais-democratas. Consequência natural do desgaste da “direita militar”, a Nova República exibiu o predomínio dos sociais-democratas. Nos últimos 30 anos, “só houve governo social-democrata (...): teve o social-democrata de chão de fábrica com o PT [Partido dos Trabalhadores], social-democrata de imposto de renda com o PSDB [Partido da Social-Democracia Brasileira], até o próprio PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro] do Sarney era social-democrata” (InfoMoney, 2018), este último chamado também de “caciques regionais oportunistas”. O erro dessa esquerda, para Guedes, foi se perder “no andar de cima com a corrupção, com

⁶ Dentro dessa perspectiva, a esquerda compreende não apenas o PT e o PSDB, dos “esquerdistas” Fernando Henrique Cardoso e José Serra, mas, como expôs Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, partidos como o MDB, o DEM e até o PP. Nas palavras de Olavo de Carvalho, “Você tem de um lado 20 partidos de esquerda e do outro um ou outro cara que se diz de direita”. Ver: FOLHA (2018, 9 de novembro). “DEM é esquerda, ensina príncipe em aula para colegas do PSL”. Política. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/dem-e-esquerda-ensina-principe-em-aula-para-colegas-do-psl.shtml>>. FELLET, João (2016, 15 de dezembro). “Olavo de Carvalho, o ‘parteiço’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias”. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>>.

todos os setores da economia cartelizados, e um assistencialismo lá embaixo para as classes mais pobres” (Betim, 2018). Na política externa, o comércio do país ficou preso às alianças ideológicas com países “bolivarianos”. Contudo, essa “hegemonia social-democrata” custou caro ao país, pois a “expansão ininterrupta dos gastos públicos corrompeu a democracia e estagnou a economia” (Betim, 2018). Atualmente, “o país está numa armadilha de baixo crescimento e corrupção sistêmica”, além de falta de segurança nas ruas, o que abriu espaço para uma candidatura *outsider* como Bolsonaro.

Nesses termos, fica claro que Guedes confere um peso maior aos erros econômicos da Nova República. Crítico de todos os planos econômicos desse período, Guedes conclui que apenas colhemos os frutos de um desfecho anunciado. Um modelo econômico que aumentou os impostos e combateu a inflação com juros altos, em vez de atacar a dimensão fiscal e privatizar todas as estatais, não poderia dar bons resultados. O dirigismo econômico e a centralização da economia, presentes hoje, mas também no modelo nacional-desenvolvimentista da ditadura militar, são totalitários, seja à direita ou à esquerda. Ainda para Guedes, “o único respiro que tivemos nesse período foi quando entrou o Collor e ele segurou os gastos públicos e abriu a economia. Foi o único vento que a gente teve ali de modernização” (InfoMoney, 2018). Em sua visão, era preciso mudar a estrutura do Estado e, por não decifrar que a limitação dos gastos era a “última barreira do total colapso das finanças públicas”, “a classe política foi devorada”.

Para fazer a engrenagem funcionar, o destino de muitos dos recursos públicos era a corrupção política. O Executivo comprou o Legislativo para governar e “agora houve o despertar, a declaração de independência, do Judiciário. Primeiro com Joaquim Barbosa no Mensalão, e agora com o Sérgio Moro” (Betim, 2018). Como fica evidente, sua avaliação sobre a operação Lava Jato é positiva, pois ela está nos remetendo para o campo da liberal-democracia, longe do totalitarismo e perto de uma sociedade aberta popperiana.

Façamos um primeiro contraste. Se a interpretação de Weintraub apresenta a Nova República como uma dominação de um projeto totalitário das esquerdas em união com grandes oligarcas, a perspectiva de Guedes rejeita a experiência social-democrata falida pelo descontrole fiscal, pela corrupção e pela pouca privatização. Colocando de outra forma, o olavismo condena a Nova República por ser uma experiência comunista corrupta em sentido amplo; já o ultraliberalismo de Guedes, afeito a uma suposta dimensão técnico-científica da economia, centraliza sua crítica às falhas do projeto social-democrata. Nesse sentido, as variantes anticomunistas também são distintas. O anticomunismo voraz de Weintraub tem o marxismo cultural como o grande problema. Guedes, entretanto, não fala de marxismo cultural e dá menos espaço para as disputas em torno de símbolos e valores culturais como família e gênero. Contudo, os dois convergem numa compreensão anticomunista que identifica uma hegemonia da esquerda, materializada na Nova República, e que traça uma equivalência entre bolivarianos, petistas e progressistas em geral.

Ambas as interpretações da Nova República nos remetem diretamente aos discursos antissistema dos dois ex-ministros. A concepção de Weintraub sobre o sistema funde, ao mesmo tempo, o marxismo cultural e o “mecanismo” montado pela Nova República. O sistema se materializa tanto nas instituições políticas corruptas da república, construídas para permitir a reprodução das elites que comandam o país, quanto na dominação cultural exercida pelas esquerdas no debate público. Curioso notar que, embora o marxismo cultural não esteja no discurso de Guedes, o economista ultraliberal não deixa de mostrar certa conviência com tais demandas. Há um trecho sintomático em sua entrevista na qual Guedes afirma:

uma coisa é o homossexual respeitar o heterossexual e vice-versa. O que não pode é um debochar do outro, do tipo "ah, esse cara está casando-se com uma menina, é um conservador, um burguês". (...) E outra coisa é a propaganda. Você não deve na escola tentar converter alguém para um estilo de vida. A escola não pode discriminar ou reprimir o homossexual, mas também não pode tentar levar a

qualquer tipo de comportamento. Cada um deve ser livre e respeitado, sem ser persuadido a ir em uma direção ou outra. (...) Isso é lavagem cerebral. Eu ria disso, achava engraçado, pitoresco. (...) Tem coisas que não são razoáveis. Mas não quero mais falar disso, meu assunto é economia. (Betim, 2018)

Dessa forma, se Weintraub afirma que o discurso de combate aos preconceitos é mera produção ideológica da esquerda para impor seus valores, ou mesmo “mimimi”, Paulo Guedes relativiza o preconceito contra minorias sociais e diz não tolerar preconceito com ninguém, nem mesmo com homens burgueses heterossexuais e brancos. Algo semelhante se passa com as políticas de ação afirmativa, como as cotas étnico-raciais. Weintraub foi um crítico das cotas e, em seu último ato antes de deixar o cargo de ministro, revogou a política direcionada para ingresso de negros e indígenas na pós-graduação. Paulo Guedes, de outro lado, afirmou que não podemos discriminar alguém por ser negro, mas “o branco [que] não pode entrar porque ele tem mérito, mas não tem vaga por causa da cota” também está sendo discriminado. Para o economista, “se o sujeito vai entrar para a universidade pública, não quero saber se ele é preto, branco, gay, homem ou mulher. Quero saber do mérito. Do mesmo jeito que você não quer discriminar o negro e o homossexual, você não pode discriminar o branco e o heterossexual” (Betim, 2018).

A forma pela qual Guedes encerra o primeiro trecho transcrito também é significativa, pois nos mostra justamente que é no discurso econômico que ele quer estar situado. O diagnóstico econômico é, embora não o único, o elemento principal do discurso antissistema do economista. Na avaliação do economista ultraliberal, o sistema também é uma “hegemonia”, mas dos sociais-democratas corruptos e irresponsáveis com a dimensão fiscal do país. Foi o descalabro econômico que colocou a “classe política” sob o crivo da opinião pública por seus “muitos privilégios e poucas atribuições”. Os recursos, concentrados na “pirâmide de cabeça para baixo” da União, eram destinados a um pequeno assistencialismo para os mais pobres e um grande subsídio via BNDES para os setores cartelizados da economia. Desse modo, durante a “hegemonia social-democrata”, a ausência de competição e o predomínio de um tipo de política econômica colocou o país numa situação de exploração “por duas empreiteiras, quatro bancos, seis distribuidoras de gás, uma produtora de petróleo” (Teixeira, 2019).

Há ainda, na interpretação de Guedes, um papel significativo de uma elite intelectual de economistas que “estão acostumados a mandar no Brasil”. As críticas de Paulo Guedes aos planos econômicos da Nova República refletem, em certa medida, suas divergências e suas relações com grande parte dos economistas responsáveis pela condução econômica dos últimos trinta anos. Paulo Guedes nunca escondeu sua discordância com os economistas da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Teve atritos e, em artigos de jornal, fez questão de criticar economistas como Pêrsio Arida, Dilson Funaro, Edmar Bacha, André Lara Resende, Elena Landau, além, é claro, dos economistas que auxiliaram os governos petistas. Sendo assim, o sistema para Paulo Guedes também inclui um pequeno e seletivo grupo de economistas que, no âmbito pessoal, “fizeram uma reserva de mercado e fecharam a academia” para o ultraliberal (Gaspar, 2018).

Nesse sentido, o outro antagonista é precisamente aqueles que comandam o sistema. Do ponto de vista político, são aqueles que Guedes denomina *establishment*, enquanto no aspecto econômico são aqueles que Weintraub designa como “barões ladrões”. A associação desses dois conjuntos de elites, comprando o apoio de políticos e funcionários públicos por meio de práticas corruptas, conformam o que Weintraub e Guedes consideram como inimigos. Nos termos de Weintraub, é uma aliança espúria entre três forças que dominam o país. Nas palavras de Guedes, são “piratas privados”, “burocratas corruptos” e “criaturas do pântano político” que se associaram em grandes programas econômicos contra o povo brasileiro. Em síntese formulada pelos ex-ministros, o problema, portanto, é “Brasília”, isto é, a capital federal enquanto lugar de relacionamento e reprodução desse conjunto de atores. A cidade, nas palavras de Weintraub, “é

um cancro de corrupção, de privilégio. As pessoas aqui perdem a percepção, a empatia, a relação com o povo. Se sentem inexpugnáveis” (Weintraub, 2020b).

Curioso notar que, por um lado, há uma dose de pesar em Guedes pelo desfecho da Nova República. Embora se afirme a favor do império da lei, julga trágico “ver a redemocratização devorando seus próprios filhos, botando Lula e todo mundo na cadeia” (Betim, 2018). Por outro lado, Weintraub não parece avaliar dessa forma, pois não apresenta nenhuma simpatia pelo seu “inimigo” Lula, tampouco pelos “vagabundos” que ele colocaria na cadeia, começando pelo STF. Isso porque, para Guedes, dialogar com o *establishment* faz parte das regras do jogo para aprovar as reformas e não muda a concepção de que “nós somos diferentes”. Já para Weintraub (2020b), há muita conversa “com quem a gente tinha que lutar”.

Como dissemos, as distinções são meramente analíticas. Dentro de uma concepção laclausiana de articulações discursivas equivalenciais, o antipetismo é simultaneamente um discurso anticomunista e antissistema, o que estabelece uma lógica de retroalimentação desses componentes. Embora analiticamente distintos, eles estão fundidos no discurso dos atores bolsonaristas conforme as demandas passam a integrar uma cadeia de equivalências. Para aqueles que se julgam excluídos da Nova República, Lula, Dilma, FHC, Sarney, Renan Calheiros e outros estão do mesmo lado do espectro político, embora seja nítida a existência de um antagonista maior: o PT. Nessa linha argumentativa, o PT é, por excelência, o centro do sistema em que há o predomínio ideológico da esquerda. O partido de centro-esquerda não é apenas um partido corrupto, mas aquele que dirigiu o sistema⁷. É aquele que, no discurso de Weintraub, organizou a corrupção política e promoveu a corrupção moral. Em vista disso, vemos que o componente anticomunista é imediatamente associado com o temor conservador de um poderoso aparato governamental controlado pelas elites progressistas. É por este motivo, inclusive, que Bolsonaro não faz parte do sistema. Conforme Guedes, Bolsonaro é um “sobrevivente num mar de lama” do *establishment*, “porque não está envolvido em nenhum escândalo de corrupção” e tem princípios e valores que tornam “inadmissível para ele uma elite política que rouba” (Betim, 2018).

Percebemos, portanto, quais os elementos que compõem o discurso antissistema dos nossos sujeitos, a saber: a definição precisa do que concebem como sistema e quem opera esse sistema. Em termos laclausianos, o discurso desses atores nos mostra o reconhecimento da hegemonia estabelecida pelo outro antagonista que é exterior e que causa repulsa. Com interpretações diferentes da Nova República, embora não tão distantes, o ultraliberalismo e o olavismo confluem no discurso antissistema corrupto e decadente e no inimigo em comum. Há aproximações na crítica ao programa econômico da Nova República, sobretudo aquele do PT, cujo apoio dado aos empresários pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às políticas assistencialistas corromperam a democracia e incharam o Estado. A oposição entre elites da Nova República e seus excluídos permitiu a construção de uma cadeia de equivalência que articulou marxismo cultural, ideologia de gênero, corrupção, redução do Estado, Lei Rouanet, anticomunismo, antipetismo. Esse apego ao discurso antissistema nos revela a própria lógica de disputa pela hegemonia, pois tenta contrapor uma “elite” enraizada no poder político e econômico contra um “povo” brasileiro vitimado pelos abusos e privilégios. Nesse sentido, nos defrontamos com a própria lógica do antagonismo na qual há o diagnóstico do “eles”, os antagonistas – as elites de esquerda e os oligopolistas – em contraposição ao “nós”, o povo brasileiro. Passemos, conseqüentemente, à construção discursiva do “povo” brasileiro realizada por Guedes e Weintraub.

⁷ Os questionários aplicados por Ortellado, Solano & Nader (2015) em manifestações pró-impeachment nos dão alguma dimensão da fusão desses elementos discursivos. Para muitos dos entrevistados, Lula era simultaneamente o chefe de um partido totalitário associado a quadrilhas de criminosos, a uma organização comunista dominante na América Latina e sócio de grandes empresas, como a Friboi ou a Oi.

Inicialmente, é importante notar que o povo brasileiro, nessa construção discursiva, é vítima dos abusos das elites e, justamente por isso, deve se rebelar para enfrentá-los. Destruição dos valores judaico-cristãos e da base racional greco-romana, aposentadorias robustas para os funcionários públicos, desvio de verbas públicas para o próprio bolso e subsídios governamentais para grandes empresários são algumas das agressões ao povo brasileiro de bem. Vejamos quem seria, então, esse povo. Para Weintraub, a destruição do “mecanismo” da Nova República está a cargo daqueles que foram explorados e que viram seus valores religiosos e ocidentais soterrados pelo avanço esquerdista. Nesse quadro, o povo não é nem as elites políticas e econômicas dominantes, nem a massa empobrecida, desprovida de valores e manipulada. Isso porque, nas palavras de Weintraub, “um analfabeto é um escravo (...) totalmente guiado porque ele não consegue interpretar um texto. Quem sabe ler e escrever, não vota no PT. (...) Quem sabe ler e escrever e é autodidata acaba aprendendo um ofício. E se tem um ofício, tem renda. E se tem renda, não depende de um demagogo ficar ameaçando ‘ou vota em mim, ou corto o bolsa família’” (Weintraub, 2019).

Por isso, é necessário que o novo sujeito hegemônico, para usar termos laclausianos, não esteja entre os extremos, isto é, não seja nem as poucas famílias da elite que comandam o país, nem a grande massa parasita que sobrevive “da mão para a boca”. Sendo assim, qual camada social, para Weintraub, seria explorada pela esquerda biliardária e inocente da situação miserável da massa? Em suas palavras, “nós temos que lidar com essas três forças. Nós quem, cara pálida? Quem é explorado aqui? Quem tem sangue para tirar – a classe média” (Weintraub, 2020a). De acordo com Weintraub, ancorado em leituras pouco convencionais de Aristóteles⁸, a classe média é o bastião da democracia e defensora da liberdade por excelência. Os atingidos pela dominação das elites – o cidadão de bem – são aqueles que têm ofício, renda, valores tradicionais, religião e apego à pátria. Por isso, “a gente precisa avisar para a classe média, que sobrou, que ela é naturalmente de direita” e que ela necessita do livre mercado. O povo brasileiro, nessa perspectiva em torno da identidade da classe média, “não está gritando para ter mais Estado, para ter mais projetos (...), o povo está gritando por liberdade” (Weintraub, 2020b).

Ainda que Paulo Guedes não se expresse da mesma forma que Weintraub, seus termos são razoavelmente semelhantes, sobretudo o reconhecimento do papel da classe média como elemento central do povo brasileiro. De acordo com o economista, a hegemonia social-democrata, além da estagnação econômica e do mar de lama de corrupção, produziu um caos na segurança pública. Não há preservação da vida e nem proteção da propriedade contra a criminalidade. Mesmo uma habitual caminhada na praia com um relógio valioso se tornou impossível. Entretanto, “a função básica de um governo é preservar vidas e propriedades, e surgiu 500 anos atrás, com Thomas Hobbes e depois com John Locke. É [isso] o que o Bolsonaro está dizendo, preservar vidas e propriedades” (InfoMoney, 2018). Posto isto, a candidatura de Bolsonaro seria um pedido de parte da sociedade brasileira por ordem, em um sentido geral e maior do que apenas a preservação da propriedade. É uma tentativa do império da lei de impedir o reino da impunidade e da corrupção. Assim, como afirma Guedes em um texto intitulado “Das ruas às urnas”, “contra tudo isso e todos esses que nos dirigem desde a redemocratização, Bolsonaro é a ‘direita’ que quer ‘a lei e a ordem’, valores de uma classe média esmagada entre uma elite corrupta e massas que votam em Lula buscando proteção e assistencialismo” (Guedes, 2017: 1).

⁸ Conforme a leitura aristotélica de Weintraub, uma comunidade política presa aos extremos da riqueza e da pobreza é incapaz de forjar uma sociedade de indivíduos onde reina a liberdade. Ao contrário, o resultado será uma sociedade instável na qual os escravos, por seu ódio e rancor, seriam manipuláveis pelos ditadores demagogos ou pelos grupos de oligarcas. Uma sociedade livre, diferentemente, requer uma classe média imune à arrogância e ao domínio dos ricos, mas também à inveja e à submissão dos pobres.

Na visão de Guedes, a classe média está impossibilitada de colocar um relógio e caminhar pela praia sem ser assaltada. A mesma classe média que foi esquecida e abandonada pelos planos econômicos de cartelização da economia e de assistencialismo para os mais pobres; que foi “agredida em seus princípios e valores, e que quer ordem” (Betim, 2018). Aquela que gostaria de empreender, mas tem que se acostumar com “privilégios para grandes empresas no BNDES, privilégios para funcionários na Previdência”, além de financiar políticas assistencialistas e corrupção com o dinheiro de seus impostos. Há, portanto, um apelo em defesa da classe média consumidora e proprietária que se viu asfixiada entre uma elite poderosa de Brasília e as demandas de populações marginalizadas ou vulneráveis.

Em síntese, tanto em Guedes quanto em Weintraub, a construção do novo sujeito hegemônico capaz de destruir a dominação das elites privilegiadas da Nova República é feita em torno da identidade da classe média brasileira. Não propriamente a classe média enquanto base sociológica, mas a identidade de um brasileiro médio, sobretudo homem, que se sentia subrepresentado e excluído dos efeitos da política institucional. Um tipo de cidadão com valores de uma classe média independente do Estado e orgulhosa de ser consumidora e proprietária, fruto de seu esforço rigoroso, de sua conduta moral e de sua devoção religiosa. Não deixa de ser uma constatação peculiar, haja vista que essa própria identidade foi pedra angular do discurso de desenvolvimento econômico dos governos petistas, o que nos mostra justamente uma disputa em torno do significativo “classe média”, cuja apropriação bolsonarista insere elementos como os valores tradicionais e religiosos da família de bem brasileira que demanda segurança e ordem. Seus apelos se dirigem, assim, à vontade e aos interesses de uma maioria independente do Estado, produtiva, cujas crenças e valores se consideravam ameaçados por uma minoria conspiradora. Nessa lógica, assim como os ultraliberais e os olavistas, a classe média esmagada entre as elites e os pobres também seria uma excluída da Nova República.

Considerações finais

Como mencionado na introdução deste texto, com nosso restrito material de observação, não poderíamos esgotar os múltiplos flancos de abordagem do que convencionou-se chamar de bolsonarismo. Por isso, nos dedicamos a desvendar algumas particularidades das construções discursivas dessa identidade coletiva. Diversos elementos discursivos que compõe o bolsonarismo ficaram de fora de nossa discussão, como o nacionalismo, o apego ao modelo patriarcal familiar, a defesa do porte de armas, etc. Nossa análise exploratória reuniu exclusivamente alguns elementos presentes nos discursos de Abraham Weintraub e de Paulo Guedes a fim de encontrar as afinidades estabelecidas entre a defesa do ultraliberalismo e a luta contra a hegemonia da esquerda proposta pelos olavistas. Em outros termos, buscou-se examinar a articulação discursiva de uma identidade bolsonarista que coesionou, dentre outras, as agendas dos ultraliberais e dos olavistas.

Os aspectos centrais identificados no discurso de Abraham Weintraub apontam para uma compreensão da Nova República como uma estrutura instrumentalizada pelas elites políticas e econômicas de esquerda com o intuito totalitário de conservar seus poderes e impor uma forma de dominação cultural. Ao apresentar a noção de que o marxismo cultural atravessa as instituições da república, o anticomunismo se torna, portanto, central. O sistema, por consequência, consiste precisamente nas instituições capturadas pelos interesses das três forças que destruíram o Brasil – *intelligentsia* de esquerda, oligarcas biliardários e corruptos – e na dominação cultural exercida pelas esquerdas. O economista ultraliberal Paulo Guedes, diferentemente, interpreta a Nova República como o predomínio da social-democracia em suas diferentes variantes. Todas elas foram autoras da “cartelização” da economia e da expansão ininterrupta dos gastos

públicos, o que desencadeou baixo crescimento e corrupção desenfreada. O sistema é, assim, a hegemonia dos sociais-democratas corruptos e perdulários que bloquearam a alternância de poder.

Constatamos que, embora os discursos estejam ancorados em perspectivas filosóficas e ideológicas distintas, as confluências foram sendo construídas discursivamente e encontraram na identidade bolsonarista um ponto nodal que articulou suas demandas. Paulo Guedes nos expõe objetivamente a aliança em torno da figura de Bolsonaro quando certifica que, “depois de trinta anos de aliança política social-democrata, de centro-esquerda, há agora uma aliança liberal-democrata, portanto, entre conservadores, em princípios e costumes, e liberais na economia” (Guedes, 2019). Ainda em seu discurso de posse, o economista defendeu que a combinação da ênfase dos conservadores na família e na importância da educação com a ênfase dos liberais no investimento massivo em capital humano é libertadora. Claro que isso somente foi possível na medida em que as diferenças não eram insuperáveis, logo, seria possível encontrar um ponto comum. Contudo, é interessante advertir que tanto os olavistas quanto os ultraliberais poderiam se articular com outros expoentes da direita que não Bolsonaro.

Como resultado dessa confluência, tornou-se compatível um projeto ultraliberal de reestruturação da economia com a eliminação da hegemonia cultural esquerdista. A cruzada antiestatista se uniu à cruzada moralista contrária aos avanços progressistas. Um projeto que aglutinou demandas ultraliberais, como a reforma da previdência, privatizações aceleradas e redução ou eliminação de impostos, com demandas olavistas, como o combate ao marxismo cultural e a destruição do “mecanismo” comunista da Nova República. Tal projeto foi muito bem sintetizado no mote “menos Marx, mais Mises”, no qual Karl Marx seria tanto a matriz dos economistas heterodoxos da social-democracia quanto o “ideólogo” fundamental do marxismo cultural. Desse modo, temos algumas equivalências que permitiram a aproximação do ultraliberalismo com o conservadorismo tradicionalista, linguagens políticas cujas origens são distintas.

Conforme a abordagem laclausiana, uma prática articulatória discursiva que pretende ser hegemônica requer o encadeamento equivalencial de demandas em contraposição a um antagonista em comum. Em nossa análise, foi possível perceber que as demandas dos ultraliberais e dos olavistas se encontraram na comum oposição ao sistema da Nova República, cujo ator principal foram os governos petistas. Colocando o discurso de Guedes e Weintraub em termos laclausianos, o acúmulo de demandas populares como redução de impostos, privatização de estatais, ordem, educação sem viés partidário e respeito aos valores tradicionais estabeleceu uma cadeia de equivalências conforme o “sistema comandado pelo PT” não as atendia. Essa brecha abriu a possibilidade para a emergência de um povo como ator histórico que se sentia excluído do sistema e vítima dos privilégios dos poderosos. A partir deste momento, práticas articulatórias como essas identificadas nos discursos de Weintraub e Guedes poderiam unificar as demandas em torno de um significante vazio, que assume a representação do todo em busca da hegemonia. Coube à figura de Bolsonaro representar o encontro entre tais demandas.

Nesse sentido, o povo construído discursivamente como disputa hegemônica pelos ex-ministros se mostrou cristão, insatisfeito com a impunidade, portador de valores tradicionais, desejoso do reestabelecimento da ordem e com valores de uma classe média proprietária e consumidora. Esse cidadão de bem, por um lado, estava em oposição a um sistema corrupto e degenerado no qual elites políticas e econômicas de esquerda dominavam a Nova República a seu bel prazer, impondo aos brasileiros um modo de vida que destruíra seu sustento e seus valores. Por outro lado, ele também não era parte da massa pobre, sem valores e parasita de um Estado que a corrompeu com políticas assistencialistas do “ditador demagogo”. Em resumo, uma classe média pagadora de impostos, inocente da situação miserável dos pobres e esquecida pelos planos econômicos destinados aos grandes empresários. Para Guedes e Weintraub, somente uma classe média independente do Estado, com ofício, valores, religião, renda e educação poderia se unir contra essa aliança entre “piratas privados”, “burocratas corruptos” e “criaturas do pântano político” apoiadas pela massa miserável. Dessa maneira, as equivalências bolsonaristas dos

“excluídos da Nova República” argumentaram que: se o povo brasileiro quer menos impostos, menos privilégios para os políticos e empresários, mais recursos para saúde e educação, para isso, é preciso privatizar e cortar gastos, logo, reduzir o Estado; se o povo brasileiro quer uma educação menos ideologizada, menos doutrinação nas escolas, maior valorização da tradição e da religião, para isso, é preciso destruir a hegemonia esquerdista materializada na Nova República.

Referências bibliográficas

- Barrett, M. (1996). Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: Zizek, S. (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- Betim, F. (2018, 27 de agosto). Paulo Guedes: “Bolsonaro representa a classe média, agredida e abandonada pela esquerda”. El País, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1534995588_943964.html>.
- Burity, J. A. (2008). Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: Mendonça, D; Rodrigues, L.P. (org.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdiPUCRS, p. 59-74.
- Chaloub, J. (2022). Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. DoisPontos, 19(2).
- Constantino, R. (2019, 18 de março). O que pretende Paulo Guedes ao dizer que Olavo de Carvalho é “o líder da revolução”?. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-que-pretende-paulo-guedes-ao-dizer-que-olavo-de-carvalho-e-o-lider-da-revolucao/>>.
- Gaspar, M. (2018). O fiador: a trajetória e as polêmicas do economista Paulo Guedes, o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro. Revista Piauí, 144.
- Guedes, P. (2017, 9 de outubro). Das ruas às urnas. Jornal O Globo.
- Guedes, P. (2019). Cerimônia de transmissão de cargo ao Ministro da Economia, Paulo Guedes. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=jgHueV_kZJc
- InfoMoney. (2018, 24 de maio). ENTREVISTA: Alckmin é “irrelevante” e centro terá que escolher quem apoiará no 2º turno, diz Paulo Guedes. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/entrevista-alckmin-e-irrelevante-e-centro-tera-que-escolher-quem-apoiara-no-2o-turno-diz-paulo-guedes/>>.
- Kalil, I. (2018). Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
- Laclau, E. (2005). La razón populista. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2004). Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Marchart, O. (2009). El pensamiento político posfundacional: La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Mendonça, D. (2009). Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 1, p. 153-169.
- Motta, R. P. S. (2021). Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: Bohoslavsky, E., Motta, R. P. S., & Boisard, S. Pensar as direitas na América Latina. São Paulo: Alameda.
- Ortellado, P., Solano, E., & Nader, L. (2015). Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.monitordigital.org/>>.
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. Novos estudos CEBRAP, 19(3), p. 26.

- Rocha, C. (2019). “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426>>.
- Stefanoni, P. (2022). A rebeldia tornou-se de direita?: como o antiprogressismo e a anticorreção política estão construindo um novo sentido comum (e por que a esquerda deveria levá-los a sério). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Teitelbaum, B. (2020) Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Teixeira, L. B. (2019, 4 de julho). "Somos 200 milhões de trouxas explorados", diz Paulo Guedes sobre o Brasil. Economia, Portal UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/04/ministro-paulo-guedes-dia-pop-star-sp.htm>>.
- Weintraub, A. (2019). Palestra para o CPAC Brasil 2019. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ysSiSTBCG1w>
- Weintraub, A. (2020a). Um raio x da República Brasileira. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=EYERdWOF0ws>
- Weintraub, A. (2020b). Reunião ministerial de 22 de abril. Brasília. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2020/05/laudo-digitalizado_220520201218.pdf>.